

das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, podendo ser entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, para o júri do concurso interno de acesso para a categoria de assistente administrativo especialista, Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, Rua da Alfândega, 5, rés-do-chão, 1149-006 Lisboa.

7.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

- a) Identificação do candidato (nome, estado civil, data de nascimento e número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu), residência, código postal e número de telefone;
- b) Habilitações literárias;
- c) Situação profissional, com indicação da categoria e antiguidade na categoria, na carreira e na função pública.

7.3 — Os requerimentos de candidatura deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:

- a) Currículo profissional detalhado, devidamente assinado, donde constem, para além de outros elementos julgados necessários para melhor esclarecimento do júri, os seguintes: habilitações literárias e profissionais, cursos realizados e participações em acções de formação e respectiva duração, funções que exercem e exerceram e respectivos tempos de permanência;
- b) Documento comprovativo das habilitações literárias;
- c) Declaração passada pelo serviço competente donde conste a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;
- d) Documento comprovativo das classificações de serviço dos últimos três anos, com indicação expressa da respectiva pontuação;
- e) Documento comprovativo das habilitações profissionais, dos cursos e das acções de formação.

8 — Os candidatos estão dispensados da apresentação dos documentos que constem dos respectivos processos individuais.

9 — O júri poderá solicitar aos candidatos a apresentação de documentos comprovativos dos elementos indicados nos currículos e que não constem dos respectivos processos de candidatura e ou dos processos individuais.

10 — Método de selecção — os candidatos serão seleccionados mediante avaliação curricular.

10.1 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas das reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

11 — A relação dos candidatos admitidos e a lista de classificação final serão afixadas nas instalações da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, Rua da Alfândega, 5, rés-do-chão, em Lisboa.

12 — Constituição do júri — o júri do concurso terá a seguinte composição:

Presidente — Licenciada Maria Manuela Esteves, chefe de divisão de Produtos Agrícolas.

Vogais efectivos:

Licenciada Carla Isabel Ferreira Azevedo Nunes, segunda-verificadora superior, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos.

Licenciada Maria Ivone da Silva Ramalho, segunda-verificadora superior.

Vogais suplentes:

Licenciada Catarina Osório Saldanha Nunes, técnica superior de 1.ª classe.

Licenciado António José Fernandes Teixeira, técnico superior de 2.ª classe.

29 de Março de 2005. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Direcção-Geral dos Assuntos Europeus e Relações Internacionais

Despacho n.º 8265/2005 (2.ª série). — Considerando que, de acordo com o n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia, a que se referem os n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 2.º da mesma lei, deve ser efectuado de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, adequadas ao cargo a exercer;

Considerando que foram cumpridos os procedimentos de selecção determinados pelos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da referida lei, para o provimento do cargo de chefe da Divisão de Relações Multilaterais, da Direcção de Serviços de Coordenação de Relações Internacionais, do quadro de pessoal dirigente da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus e Relações Internacionais;

Considerando que a Dr.ª Rosa Maria Fernandes Lourenço Caetano reúne os requisitos legais e corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos constantes do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 27/98, de 11 de Fevereiro, e que a referida licenciada detém, de forma inequívoca, e conforme se comprova pela nota curricular anexa, as características necessárias e adequadas ao competente exercício do cargo que se pretende prover;

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio, em regime de comissão de serviço, por um período de três anos, no cargo de chefe de divisão de Relações Multilaterais, da Direcção de Serviços de Coordenação de Relações Internacionais desta Direcção-Geral, a técnica superior principal Dr.ª Rosa Maria Fernandes Lourenço Caetano.

Anexa-se síntese do currículo académico e profissional. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Março de 2005. — O Director-Geral, *Mário Lobo*.

Curriculum vitae (resumido)

1 — Dados pessoais:

Nome — Rosa Maria Fernandes Lourenço Caetano.

Data de nascimento — 18 de Novembro de 1969.

Naturalidade — Almada.

2 — Habilitações académicas — licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, concluída em 1994.

3 — Experiência profissional:

Desde Dezembro 2004 — chefe da Divisão das Relações Multilaterais (DRM) da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus e Relações Internacionais (DGAERI), em regime de substituição;

Desde Abril 2004 — técnica superior principal da DRM, responsável pela gestão das participações financeiras de Portugal em várias instituições financeiras internacionais (IFI) para o apoio ao desenvolvimento, bem como pelo acompanhamento das negociações de aumento de recursos dos fundos e de grupos técnicos de análise e discussão de programas e projectos na área da cooperação multilateral;

De Janeiro de 2000 a Abril de 2004 — técnica superior de 1.ª classe no mesmo serviço;

De Julho de 1997 a Janeiro de 2000 — técnica superior de 2.ª classe na DGAERI e na Direcção-Geral do Tesouro;

De Março de 1996 a Julho de 1997 — estágio de ingresso na Direcção-Geral do Tesouro do Ministério das Finanças;

De Outubro de 1995 a Março de 1996 — técnica superior na Divisão de Estudos e Modernização da Direcção-Geral de Saúde, do Ministério da Saúde;

De Abril de 1995 a Outubro de 1995 — técnica superior na estrutura de apoio técnico do Programa Propesca da Direcção-Geral das Pescas, do Ministério do Mar;

De Agosto de 1994 a Março de 1995 — técnica superior no Departamento Central de Planeamento, Ministério do Planeamento e da Administração do Território;

De Junho a Julho de 1994 — técnica na Secção de Planeamento do Instituto de Apoio à Pequena e Média Empresa e ao Investimento — IAPMEI.

4 — Formação profissional complementar:

Seminário de Alta Direcção, realizado no Instituto Nacional de Administração, de 10 a 14 de Maio de 2004;

Curso de avaliação de projectos e programas sócio-económicos, Instituto Nacional de Administração, concluído em Dezembro de 2001;

Curso de gestão de empresas de base tecnológica, do FUNDETEC — INESC, concluído em Abril de 1994;

Curso de formação de formadores do CIDEC, concluído em Junho de 1994.

5 — Participação em diversas reuniões internacionais em representação do Ministério das Finanças, no âmbito da negociação de reconstruções de recursos de fundos multilaterais de apoio ao desenvolvimento, assembleias anuais dos conselhos de governadores e reuniões de conselhos de administração dos bancos e fundos.

6 — Outras actividades:

Oradora no seminário «Como participar em projectos financiados pelo banco mundial» realizado no ICEP em Lisboa, em 9 de Outubro de 2003;

Co-organização da publicação traduzida *O Ciclo do Projecto do Global Environment Facility*, distribuída aos formandos do 1.º curso lusófono de Gestão Ambiental, que decorreu de 10 a 14 de Setembro de 2001.

Direcção-Geral do Tesouro

Despacho (extracto) n.º 8266/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 35.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, designo para me prestar apoio, no exercício de funções de secretariado, a técnica de fazenda principal Ana Maria Sampaio Sousa Botelho, com efeitos a partir de 24 de Março de 2005.

Pelo exercício destas funções deverá ser abonado àquela funcionária o suplemento fixado no artigo 11.º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro.

31 de Março de 2005. — O Director-Geral, *José Castel-Branco*.

Despacho (extracto) n.º 8267/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 35.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, designo para me prestar apoio, no exercício de funções de secretariado, a técnica de fazenda de 1.ª classe Maria Amélia Monteiro Alves dos Santos, com efeitos a partir de 24 de Março de 2005.

Pelo exercício destas funções deverá ser abonado àquela funcionária o suplemento fixado no artigo 11.º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro.

31 de Março de 2005. — O Director-Geral, *José Castel-Branco*.

Instituto Nacional de Administração

Despacho n.º 8268/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Nacional de Administração de 1 de Abril de 2005, foi anulado o concurso interno geral de acesso para preenchimento de um lugar de técnico superior principal da carreira técnica superior do quadro do INA, cujo aviso foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 277, de 25 de Novembro de 2004.

1 de Abril de 2005. — A Vice-Presidente, *Ana Perez*.

Serviços Sociais do Ministério das Finanças

Despacho (extracto) n.º 8269/2005 (2.ª série). — Por despachos de 18 e de 30 de Março de 2005 do presidente do conselho de direcção, foram autorizadas as recuperações do vencimento de exercício perdido às seguintes funcionárias do quadro de pessoal destes Serviços Sociais:

Fátima Angélica de Sousa Pereira Macedo — 12 dias.
Ana Maria Cardoso Alves Vinagre — 20 dias.

4 de Abril de 2005. — O Presidente do Conselho de Direcção, *João Inácio Ferreira Simões de Almeida*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 8270/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio, em regime de requisição, motorista do meu Gabinete José João Simões Martins, motorista de ligeiros do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 12 de Março de 2005.

28 de Março de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar

Despacho n.º 8271/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, requisito para o exercício de funções de motorista do meu Gabinete José Marcelino Pereira Breia.

2 — O presente despacho de nomeação produz efeitos a partir de 12 de Março de 2005.

29 de Março de 2005. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Manuel Lobo Antunes*.

Despacho n.º 8272/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos e ao abrigo do artigo 3.º e dos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para exercer as funções de chefe do meu Gabinete de Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar o tenente-coronel de administração militar Jorge Manuel Lopes Nunes dos Reis.

2 — Na sua ausência ou impedimento, as funções de chefe de gabinete serão asseguradas pelo meu adjunto diplomático, licenciado Francisco de Assis Morais e Cunha Vaz Patto.

3 — O presente despacho de nomeação produz efeitos a partir de 17 de Março de 2005.

29 de Março de 2005. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Manuel Lobo Antunes*.

Despacho n.º 8273/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos das disposições conjugadas dos artigos 2.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a técnica profissional Maria Elizabeth da Rocha Melo secretária pessoal do meu Gabinete, para o efeito requisitada ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

2 — O presente despacho de nomeação produz efeitos a partir de 15 de Março de 2005.

29 de Março de 2005. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Manuel Lobo Antunes*.

Despacho n.º 8274/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos das disposições conjugadas dos artigos 2.º, 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio em regime de requisição a assistente administrativa especialista, Isabel Maria de Fezas Vital Trocado, secretária pessoal do meu Gabinete.

2 — O presente despacho de nomeação produz efeitos a partir de 16 de Março de 2005.

29 de Março de 2005. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Manuel Lobo Antunes*.

Despacho n.º 8275/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, requisito para o exercício de funções de motorista do meu Gabinete José da Silva Fernandes, da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar.

2 — O presente despacho de nomeação produz efeitos a partir de 12 de Março de 2005.

29 de Março de 2005. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Manuel Lobo Antunes*.

Despacho n.º 8276/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 2.º, 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para exercer as funções de meu adjunto o licenciado Francisco de Assis Morais e Cunha Vaz Patto do quadro de pessoal diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, para o efeito requisitado à Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários.

2 — O presente despacho de nomeação produz efeitos a partir de 16 de Março de 2005.

29 de Março de 2005. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Manuel Lobo Antunes*.

Despacho n.º 8277/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, requisito à Câmara Municipal de Lisboa, para desempenhar funções de motorista no meu Gabinete, Domingos Reis Valente Manteigas.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 12 de Março de 2005.

29 de Março de 2005. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Manuel Lobo Antunes*.

Despacho n.º 8278/2005 (2.ª série). — 1 — Considerando que o capitão-tenente Hélder Manuel Fialho de Jesus reúne um conjunto de características pessoais e profissionais como oficial de marinha que é adequado ao desempenho da função de ajudante-de-campo, nos termos das disposições conjugadas nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, e de acordo com o artigo 146.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, nomeio, em